



**LEI MUNICIPAL Nº 1.827, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de terreno público que menciona, e dá outras providências”.*

**O Prefeito Municipal de Ourém, Estado do Pará, usando de suas atribuições conferidas pela legislação em vigor, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.**

**Art. 1º** - Conforme permite o artigo 37, inciso X da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo Municipal, mediante as condições estipuladas nessa Lei, autorizado a efetivar a doação à ANTONIO CARLOS PINHEIRO ALVES, portador de RG nº4.392.095/SSP-PA e CPF nº 008.890.222-67 de uma área de terras abaixo descrita, com a finalidade de edificação para habitação ou empreendimento comercial.

Proprietário: Município de Ourém;

Local: Alcídio Trindade s/nº, bairro Novo Porão

Descrição: Área regular medindo 8,00m(oito metros) de frente, por 14,00m(quatorze metros) pelas laterais, confinando pelo lado direito com Luís Socorro de Assunção, pelo lado esquerdo com Jaciane Silva Conceição, e pelos fundos com a Rua Felipe Nery, área total de 112,00m<sup>2</sup> (Cento e doze metros quadrados).

Parágrafo Único – As características, confrontações e avaliação do bem público imóvel, de que trata o caput deste artigo encontram-se no memorial descritivo e croqui que fazem parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** - O donatário tem o prazo máximo de 2 (dois) anos para regularizar a posse do imóvel, sob pena de revogação da doação, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas no terreno objeto desta doação.

Parágrafo Único – A inobservância do disposto no art. 2º implicará na imediata reversão do bem doado para o patrimônio Municipal com todas as benfeitorias nele realizadas sem qualquer ônus para o Erário Público

**Art. 3º** - Ressalvados os casos em que o imóvel sirva como garantia para financiamento da obra a que se refere o artigo 1º, fica a doação onerada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade do imóvel pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do término da construção.

**Art. 4º** - A doação prevista nesta Lei se efetivará por termo de doação.